

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **ARTIGO 1º**

#### **OBJETO DO CONTRATO**

O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de Eletricidade, celebrado pela Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões.

### **ARTIGO 2.º**

#### **FORMA E DOCUMENTOS CONTRATUAIS**

1 - O contrato será reduzido a escrito.

2 - Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo Quadro.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

5 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do

contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

### **ARTIGO 3.º**

#### **DURAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato de aquisição para o fornecimento de energia elétrica tem a duração de 2 meses, a contar da data da sua celebração.

### **ARTIGO 4º**

#### **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

1 - O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2 - Constituem obrigações do adjudicatário as previstas no caderno de encargos do acordo quadro;

3 - Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

- a) Apresentar proposta a todas as consultas efetuadas pela entidade agregadora ou por qualquer entidade adquirente para o lote ou lotes para os quais foram selecionadas, no âmbito do presente acordo quadro, respeitando os termos dos convites e o disposto no presente Caderno de Encargos;
- b) Fornecer eletricidade em regime de mercado livre, às entidades adquirentes, no local por estas definido, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, designadamente os parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela ERSE, os requisitos técnicos e níveis de serviço mínimos definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais, salvo se forem negociadas

condições mais vantajosas para as entidades adquirentes;

c) Disponibilizar registos de leituras de contagem de Energia Elétrica, preferencialmente por tele-contagem com acesso via Web, à entidade Adquirente nos termos previstos no presente caderno de encargos.

d) Não alterar as condições de fornecimento de eletricidade fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;

e) Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento de eletricidade e à completa execução das tarefas ao seu cargo;

f) Comunicar antecipadamente às entidades agregadoras e adquirentes os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de eletricidade ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;

g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

h) Comunicar às entidades adquirentes a nomeação do gestor de cliente responsável pelos contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;

i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento de eletricidade, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;

j) Manter atualizados todos os documentos de habilitação, entregando-os, quer à CIM Viseu Dão Lafões, quer às entidades adquirentes;

k) Manter sigilo e garantir a confidencialidade; e,

## **ARTIGO 5.º**

### **OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário;

## **ARTIGO 6.º**

### **PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

## **ARTIGO 7.º**

### **ALTERAÇÕES AO CONTRATO**

1 - Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2 - A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;

3 - O contrato pode ser alterado por:

- a. Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que a do contrato;
- b. Decisão judicial ou arbitral;
- c. Razões de interesse público.

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

## **ARTIGO 8.º**

### **CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos estabelecidos no caderno de encargos do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade

## **ARTIGO 9.º**

### **SUBCONTRATAÇÃO**

1. O contrato tem carácter intuitu personae, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

## **ARTIGO 10º**

### **PREÇO BASE**

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de 144 039,96€.

## **ARTIGO 11.º**

### **PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário até ao limite do valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tarifas de acesso à rede, consumo de energia reativa e demais taxas legalmente definidas.
2. O pagamento das faturas é efetuado no prazo de 30 dias, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante.

## **ARTIGO 12.º**

### **BOA-FÉ**

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

## **ARTIGO 13.º**

### **USO DE SINAIS DISTINTIVOS**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

## **PARTE II**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

## **ARTIGO 14.º**

### **OUTRAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- 1 - A presente parte do Caderno de Encargos tem como objetivo definir as características técnicas da contratação do fornecimento de energia elétrica, durante o período de vigência do mesmo.
- 2 - Os concorrentes estarão devidamente reconhecidos nos termos do Decreto-Lei nº 29/2006, de 15 de Fevereiro, e Decreto-Lei nº 172/2006, de 23 de Agosto.
- 3 - O mapa de fornecimento traduz os consumos apurados para cada uma das instalações/redes, num período similar ao levado a concurso. Não ficarão vinculadas as entidades intervenientes a consumir as quantidades apresentadas neste mapa, uma vez que conforme explicitado anteriormente, esses valores são apenas orientadores.
- 4 - A entidade adjudicante reserva-se o direito de, em virtude da implementação de medidas de utilização racional da energia efetuar a redução da potência contratada para cada instalação.

## **ARTIGO 15.º**

### **LOCAL E PRAZO**

1. Os serviços objeto do presente contrato são prestados no concelho de Tondela
2. O fornecimento de energia inicia-se no prazo de 60 dias a contar da data da celebração do contrato.

## **PARTE III**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **ARTIGO 16.º**

### **SANÇÕES**

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Acordo Quadro.

## **ARTIGO 17.º**

### **RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA POR INCUMPRIMENTO CONTRATUAL**

1. O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do Acordo Quadro.
2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

## **ARTIGO 18.º**

### **COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio

registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.

2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico.

#### **ARTIGO 19.º**

##### **CLÁUSULA ARBITRAL E FORO COMPETENTE**

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada nos termos definidos no Caderno de Encargos do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade.

#### **ARTIGO 20.º**

##### **DIREITO APLICÁVEL**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Acordo Quadro, do CCP e demais legislações aplicáveis.